

# **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**

**Queli Rejane da Silva Konzgen**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
e-mail: queliufpel@gmail.com

**Jussara Mantelli**

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.  
e-mail: jussaramantelli@furg.br

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para sua permanência e continuidade. A pesquisa se constitui em revisão bibliográfica sobre agricultura familiar e organização social dos produtores através da sistematização de dados primários e secundários. Para atingir o objetivo proposto, foram elaborados e aplicados roteiros de entrevistas com as dez famílias integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso, com a representante do grupo e com os chamados “mediadores”. Dentre as estratégias detectadas no grupo do Remanso, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural são as mais presentes e estão inter-relacionadas, ocorrendo concomitantemente e com certo grau de dependência entre elas. Pode-se afirmar, a partir dos resultados da pesquisa, que o grupo se encontra organizado e estruturado, mas com alguns problemas e desafios a serem enfrentados, como o que se refere à falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e a própria reprodução da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agroecologia; autoconsumo; associativismo; agricultura familiar.

## **Social and economic reproduction strategies of family farming: a study on the permanence and continuity perspectives of the Agroecological Group of Remanso – Canguçu/RS**

### **Abstract**

This work aims to identify the social and economic reproduction strategies adopted by the Agroecological Group of Remanso (Grupo Agroecológico do Remanso) located in the municipality of Canguçu/RS for their permanence and continuity. The research was conducted through a bibliographic review on family farming and social organization of the producers besides the systematization of primary and secondary data. In order to achieve the proposed objective, it was conducted interviews with all ten families of the Agroecological Group of Remanso, with the representative of the group and with the so-called "mediators". Amongst the strategies observed in the Remanso group, it can be cited the agroecology, self-consumption and rural associativism as the most present. All of these strategies are interrelated, occurring concomitantly and with a certain degree of dependence between them. It can be stated from the results of the research that the group is well organized and structured, but still lacks to face some problems and challenges such as the insufficiency of labor force in family units, which makes it more difficult to think of an expansion of agroecological production and the very reproduction of family farming.

**Keywords:** Agroecology; self-consumption; associativism; family farming.

**Las estrategias de reproducción social y económica de la agricultura familiar:  
un estudio sobre las perspectivas de permanencia y continuidad del Grupo  
Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**

**Resumen**

El objetivo de este trabajo es identificar las estrategias de reproducción social y económica adoptadas por el Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu/RS, para su permanencia y continuidad. La investigación es una revisión de literatura sobre agricultura familiar y organización social de los productores a través de la sistematización de datos primarios y secundarios. Para lograr este propósito, se han desarrollado y aplicado guiones de entrevistas con los miembros de las diez familias del Grupo Agroecológico do Remanso, con la representante del grupo y con los llamados "mediadores". Entre las estrategias identificadas en el grupo Remanso, la agroecología, el autoconsumo y el asociativismo rural son los más presentes y están interrelacionadas, ocurriendo simultáneamente y con cierto grado de dependencia entre ellas. Se puede decir, a partir de los resultados de la investigación, que el grupo está organizado y estructurado, pero con algunos problemas y retos que tienen que enfrentar, como por ejemplo, la falta de mano de obra en las unidades familiares, lo que dificulta la expansión de la producción agroecológica y la reproducción de la agricultura familiar.

**Palabras clave:** Agroecología; autoconsumo; asociativismo; agricultura familiar.

**Introdução**

A agricultura familiar brasileira é uma importante categoria para o desenvolvimento social e econômico, sendo responsável por uma porção significativa da produção de alimentos consumidos no país, gerando renda e emprego no campo. O meio rural, para esse segmento da população, não é apenas um espaço de produção, mas de vida. Para garantir sua sobrevivência e reprodução social no meio rural, a agricultura familiar adota algumas estratégias direcionadas às unidades familiares ou às unidades de produção (PLEIN; SCHNEIDER, 2004).

Plein e Schneider (2004) declaram que a agroecologia é uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar e compreende uma alternativa para os agricultores, já que existe procura por produtos diferenciados, sem o uso de agrotóxicos e não transgênicos. “A agricultura familiar tornou-se o principal *lócus* para o desenvolvimento deste sistema de produção, visto que, as características particulares da organização familiar melhor comportam os princípios e práticas agroecológicas” (FINATTO; CÔRREA, 2011, p. 280).

Com base nessas considerações, esta pesquisa consiste em responder o seguinte questionamento: Quais as estratégias socioeconômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares integrantes do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS para sua

permanência (presente) e continuidade (futuro) no meio rural? Para tanto, o objetivo consiste em identificar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelo Grupo para sua permanência e continuidade.

Objeto de estudo desta pesquisa, o Grupo Agroecológico do Remanso encontra-se na localidade do Remanso – 1º distrito do município de Canguçu/RS, criado em 1995, por meio de um trabalho desenvolvido, principalmente, pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). O grupo é uma associação local ligada à Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL).

A escolha do município de Canguçu como área de abrangência do estudo justifica-se pela afinidade com a realidade do meio rural e por já haver desenvolvido pesquisas como participante de projetos no Município, onde é perceptível a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local. Observa-se também estratégias adotadas pela agricultura familiar, com destaque a Integração ao Complexo Agroindustrial e a previdência social rural, ocasionando a sua permanência e continuidade e um aumento considerável da produção, comercialização e consumo de produtos agroecológicos.

## **Metodologia**

Para atender o objetivo deste estudo, na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a agricultura familiar do Brasil, sobretudo em livros e artigos científicos, por meio da qual foi possível identificar as principais estratégias de reprodução social e econômica desenvolvidas pela agricultura familiar.

A segunda etapa compreendeu a caracterização do município de Canguçu através da sistematização de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de dados primários coletados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Canguçu e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

A terceira etapa foi a elaboração e aplicação de um roteiro com perguntas abertas, com a representante do grupo do Remanso. A entrevista aconteceu na segunda quinzena do mês de outubro de 2017, na Feira Agroecológica da ARPASUL - Canguçu. Concomitantemente, com a revisão teórica e a caracterização geral do município de Canguçu, considerou-se necessária uma pesquisa exploratória para a obtenção de informações gerais e verificação da possibilidade da realização do estudo no referido grupo.

A quarta etapa abarcou o levantamento de dados primários junto a todas as famílias pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso. Durante o período da pesquisa, o grupo era constituído por dez famílias, cujas entrevistas foram realizadas durante a segunda quinzena do mês de julho de 2018 e na primeira quinzena do mês de agosto do

mesmo ano. A entrevista semiestruturada foi a principal técnica de coleta de informações no campo de pesquisa.

O recorte espacial da pesquisa é a localidade do Remanso que, de acordo com Peter (2011), está distante 30 km da sede urbana e é constituída por aproximadamente 80 famílias, principalmente descendentes de pomeranos e italianos. A escolha do recorte espacial justifica-se pela importante presença da agricultura familiar na localidade e especialmente, pela existência do Grupo Agroecológico do Remanso, o grupo agroecológico mais antigo do município.

A quinta etapa englobou a aplicação de entrevista com o presidente da ARPASUL, no mês de agosto de 2018, e com o técnico agrícola do CAPA, no mês de dezembro de 2018. Esses são os chamados mediadores do grupo, os principais parceiros que proporcionam a assistência técnica e desenvolvem um importante papel na organização produtiva e comercial. Vale ressaltar que as entrevistas realizadas tanto com os mediadores quanto com os agricultores foram gravadas com o conhecimento e consentimento dos entrevistados.

Na sexta etapa foi feita a transcrição das entrevistas realizadas junto aos agricultores e mediadores. Durante a transcrição, realizaram-se pequenos ajustes ortográficos. Como técnica de análise e tratamento dos dados, foi adotada a aproximação da análise de conteúdo, com a técnica de análise categorial, o tipo mais utilizado na análise de conteúdo e que ocorre

[...] por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2011, p. 201).

Segundo Bardin (2011, p. 24) “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Conforme Godoy (1995), a aplicação da análise de conteúdo ocorre em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise compreende a organização do material e a chamada leitura “flutuante”, ou seja, o primeiro contato com o documento (GODOY, 1995). O contato inicial com o material

[...] permitirá definir, com mais acuidade, quais documentos são mais promissores para se analisar esse problema, quais os objetivos da pesquisa, algumas hipóteses provisórias, assim como especificação do campo no qual deveremos fixar nossa atenção (GODOY, 1995, p. 24).

Nessa fase, uma vez que a análise de conteúdo necessita de um material textual para a aplicação dos procedimentos e como o roteiro usado na pesquisa caracterizava-se por questões abertas e fechadas, separaram-se as questões fechadas e as que não

apresentavam texto suficiente e aplicou-se uma tabulação simples. Para as demais questões, aplicou-se a análise de conteúdo, complementada por uma análise mais quantitativa e objetiva.

A exploração do material compreende, segundo Sodré (2016, p. 45), “o momento onde se finaliza o processo de categorização – já iniciado a partir do estabelecimento dos indicadores na pré-análise”. A categorização

[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

Nessa fase da pesquisa foram definidas em conjunto com os agricultores as seguintes categorias: autoconsumo, agroecologia e associativismo rural; para os mediadores: agroecologia e associativismo rural.

O tratamento dos resultados engloba a análise dos dados e a interpretação do material. Nessa fase se alcança o objetivo da análise de conteúdo, ou seja, a chamada inferência (explicação do material e extração da compreensão do material).

Segundo Sodré (2016), na exploração do material também se realizam as operações de codificação, que representam

[...] uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 2011, p. 133).

Por fim, realizou-se a análise dos resultados e sua relação com a literatura selecionada, ressaltando que na análise de conteúdo não existe uma receita pronta, apenas algumas regras de base (BARDIN, 2011).

## **Discussão teórica**

Para realizar a pesquisa fez-se necessário buscar o entendimento dos conceitos presentes na literatura referente à Geografia Agrária. Um deles refere-se à agricultura familiar.

No final dos anos de 1980, o processo de redemocratização do Brasil propiciou um debate mais amplo sobre o desenvolvimento rural, estabelecendo-se criticidade à modernização da agricultura. Com isso, incorporaram-se, na Nova Constituição Federal de 1988, normas de reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes de agricultura,

influenciando, na década seguinte, novas políticas públicas e o surgimento da expressão “agricultura familiar”, a qual se tornou um segmento consagrado, caracterizado pela associação entre trabalho, família e produção (WANDERLEY, 2017).

Para Seyferth (2011, p. 400-401), o caráter familiar da pequena produção agrícola no país passou a ser

[...] enfatizado a partir da categoria “agricultor familiar”, e seu qualificador, a “agricultura familiar”, uma expressão que põe em evidência o Estado e a política de reconhecimento de direitos territoriais, bandeira de luta dos movimentos pela reforma agrária, pauta das mais antigas e nunca implementada na proporção desejada pelos atores sociais, e pela legitimação da posse da terra por grupos etnicamente definidos.

Segundo Schneider e Cassol (2017), existe certo consenso entre os pesquisadores de que a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fez com que a agricultura familiar passasse a ser reconhecida socialmente e politicamente pelo Estado. Este programa surgiu através do Decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996, resultante da luta do movimento sindical ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). É neste cenário de aproximação política e social no país que surge o PRONAF, como um elemento comprobatório da tentativa governamental de criação de políticas que atinjam de fato todas as camadas sociais do processo produtivo agrícola. Essa política pública foi criada:

[...] para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI, 2014, p. 71).

Através da implantação do PRONAF, os agricultores familiares foram formalmente reconhecidos como atores sociais. Antes vistos como “os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores” (WANDERLEY, 2009, p. 308).

A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerada balizadora na formalidade do termo “agricultura familiar” e um marco da valorização dessa categoria. A referida lei é usada para fins de financiamento junto às instituições e para acessar políticas públicas. Para efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas

atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para Schneider e Cassol (2017), o agricultor familiar constitui-se de uma família que trabalha sobre um pedaço de terra (com poucos hectares e nem sempre de sua propriedade), desenvolvendo atividades agrícolas, ou seja, gerando uma produção agroalimentar para o autoconsumo e, cada vez mais, para o mercado.

A terra é de fundamental importância para a reprodução social e econômica da família. É através dela que a família assegura seu sustento e a permanência na produção agrícola. E a relação com a terra, de acordo com Porto (2004, p. 89), “extrapola a função econômica, ou seja, a preservação do meio ambiente, pois o negócio e a residência estão no mesmo espaço rural”.

A agricultura familiar utiliza critérios para a exploração não apenas do ângulo da produção e rentabilidade econômica, mas considera as necessidades da família e, ao contrário do modelo patronal, no qual ocorre a separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes estão unidamente relacionados (HECHT, 2000).

Carmo (2008) elenca que a participação do segmento familiar na geração econômica do país é essencial e, mesmo:

[...] preocupados com a sobrevivência do grupo familiar, e, portanto, com a produção para seu consumo, os agricultores, no seu conjunto e como estratégia reprodutiva, buscam por renda monetária, e para tal, mantêm uma oferta de excedentes que é bastante significativa, principalmente quando associada aos produtos de mercado interno. O que não quer dizer que também não produzam outros itens da pauta de exportação do agronegócio brasileiro (CARMO, 2008, p. 34).

Com notável importância para o desenvolvimento econômico e social do país, esse segmento ainda precisa de maior amparo do Estado, como o acesso mais efetivo à reforma agrária, criação de novas políticas públicas e ampliação das existentes para a comercialização da produção.

As políticas públicas voltadas para a agricultura, como a reforma agrária e o incentivo à produção agroecológica, trazem retornos significativos, além de econômicos, ambientais e sociais, no que concerne à produção alimentar e a preservação dos recursos naturais.

A produção agrícola familiar brasileira sempre adotou uma diversidade de estratégias de reprodução social e econômica, as quais, conforme Silva e Hespanhol (2016) são elementos centrais para entender as transformações desse grupo social para sua sobrevivência e permanência no meio rural. Essas estratégias são caracterizadas como:

[...] um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem a necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE, 1998 apud SILVA; HESPANHOL, 2016, p. 409-410).

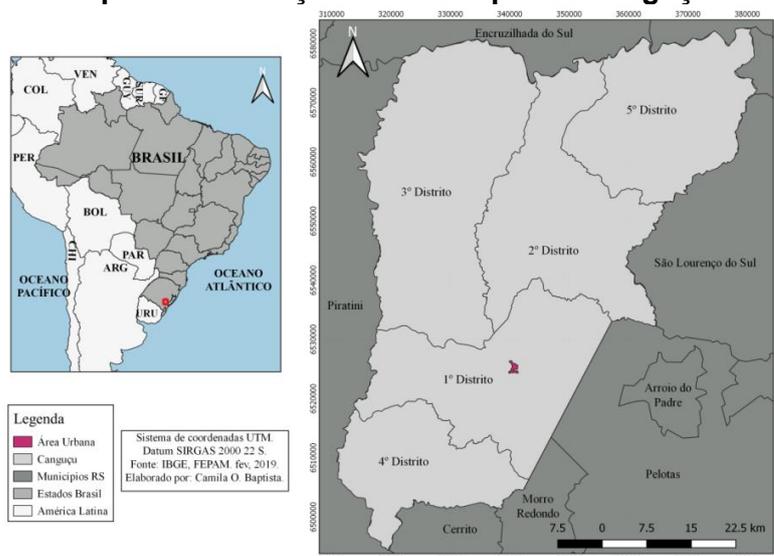
As estratégias apresentadas podem ser entendidas como as diversas atividades desenvolvidas pelo grupo familiar para sua reprodução social e permanência no meio rural, englobando atividades ligadas à agropecuária, ao modo de produção, à inserção no mercado e à venda da força de trabalho.

Através da revisão teórica feita no decorrer da pesquisa, determinou-se como as principais estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar: autoconsumo; agroecologia; integração ao complexo agroindustrial; pluriatividade; migração; acesso às políticas públicas; previdência social rural; associativismo e cooperativismo rural. Essas estratégias serão discutidas ao longo do artigo. Já no contexto empírico observou-se que para o Grupo Agroecológico do Remanso, destacam-se as estratégias: autoconsumo, agroecologia e associativismo rural.

## **Resultados e discussão**

O município de Canguçu está localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino Sul-rio-grandense (Figura 1). Situado a aproximadamente 52 km do município de Pelotas e a 274 km de distância de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Emancipou-se do município de Piratini no ano de 1857, com uma área de 3.252 km<sup>2</sup>. A área de estudo é dividida em cinco distritos: o primeiro distrito concentra a sede municipal e as localidades mais próximas da sede; os outros quatro distritos localizam-se mais distantes da parte urbanizada.

**Figura 1: Mapa de localização do município de Canguçu/RS**



Fonte: Elaborado por Camila O. Baptista, 2017.

O município de Canguçu é conhecido como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar” por apresentar o maior número de pequenas propriedades familiares. Conforme o Censo Agropecuário (2006), o município contava com 9.881 estabelecimentos agropecuários, dos quais 8.774 eram estabelecimentos familiares e 1.107 eram estabelecimentos caracterizados como não familiares.

Diferentemente da realidade da maioria dos municípios brasileiros, neste ainda predomina a população rural, ou seja, do total de 53.259 habitantes, 33.565 (63,02%) residem na área rural e sobrevivem de atividades relacionadas à agricultura (IBGE, 2010).

A integração ao Complexo Agroindustrial do tabaco representa a estratégia socioeconômica mais adotada pela agricultura familiar do município como um todo. De acordo com a AFUBRA (2018), Canguçu é o maior produtor de tabaco do Brasil desde 2016, e no ano de 2018, 5.432 agricultores familiares estavam envolvidos nesse tipo de produção.

Outra estratégia de reprodução predominante na agricultura familiar do município de Canguçu é a previdência social rural. Na Tabela 1, pode-se verificar que benefícios rurais constituem grande parte dos benefícios concedidos pela previdência social do município. Observa-se que no ano de 2017 o município apresentava 19.776 beneficiários e, desse total, 14.205 eram rurais e o restante urbanos. Considerando o número de beneficiários rurais no ano de 2017 e levando em conta que cada um recebe um salário mínimo (na época o salário mínimo era de R\$ 937,00), constata-se que apenas no referido ano mais de 170 milhões de reais giraram no município.

**Tabela 1: Número de beneficiários do INSS do município de Canguçu no período de 2010 – 2017**

Ano	Urbano	Rural	Total
2010	4.173	12.672	16.845
2011	4.462	13.056	17.518
2012	4.723	13.329	18.052
2013	4.992	13.576	18.568
2014	5.241	13.834	19.075
2015	5.319	13.941	19.260
2016	5.371	13.969	19.340
2017	5.571	14.205	19.776

Fonte: INSS – Agência Canguçu, 2018.

Para Plein e Schneider (2004), a previdência social rural é uma importante estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar e não é possível atualmente compreender essa categoria exclusivamente do ponto de vista da produção agropecuária, sendo imprescindível entender a relação entre a previdência rural e a agricultura familiar.

Finalmente, a produção do tabaco em Canguçu se constitui em uma atividade agrícola que gera renda e emprego, visto que grande parte da população, principalmente do meio rural, está ocupada com este cultivo. As atividades relacionadas ao tabaco e à aposentadoria rural são as estratégias de reprodução que predominam na agricultura familiar da área de estudo e se apresentam como indispensáveis para a permanência da população no meio rural e permitem o aumento de consumo de produtos urbanos, alterando assim, o modo de vida. Também é uma importante estratégia na promoção do desenvolvimento, tanto rural quanto urbano, visto que, especialmente através do consumo intenso no comércio local por parte dos fumicultores e aposentados rurais, ocorre o desenvolvimento e fortalecimento do comércio da área urbana do município.

### **Caracterização geral do Grupo Agroecológico do Remanso**

O Grupo Agroecológico do Remanso é composto por 10 famílias de agricultores agroecológicos e durante a pesquisa considerou-se sempre o grupo familiar como unidade de análise. O grupo estudado é constituído por um total de 32 pessoas, sendo 16 do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Quanto à faixa etária, predomina a força de trabalho ativa, ou seja, 53% da população está na faixa etária de 20 a 59 anos.

Sobre a escolaridade, do total de membros das famílias pesquisadas, 19 possuem o ensino fundamental incompleto, sendo nove do sexo feminino e dez do sexo masculino. Duas pessoas, do sexo feminino, possuem o ensino fundamental completo. Quatro têm o ensino médio incompleto, duas do sexo feminino e dois do sexo masculino. Seis têm o ensino médio completo, destes, três do sexo masculino e três do sexo feminino. E um, do

sexo masculino, não está em idade em idade escolar. Com isso, constata-se uma baixa escolaridade de pouco mais da metade da população de ambos os sexos que compõe as famílias entrevistadas. Vale ressaltar que, das 19 pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, quatro ainda estão cursando este nível, sendo três da faixa etária entre 0 a 9 anos, e um da faixa etária entre 10 a 19.

Nota-se que os membros das famílias com menor grau de instrução formal pertencem à população a partir dos 30 anos de idade. Essa baixa escolaridade é consequência da inexistência, até o início do século XXI, de escolas com ensino fundamental completo no meio rural. Com isso, devido às condições financeiras dos pais, que não conseguiam manter seus filhos nas escolas no meio urbano, e a que os filhos tinham que auxiliar nas tarefas da unidade familiar, principalmente as atividades agrícolas, essa população acabou impossibilitada de concluir a educação formal.

Dentre as dez famílias entrevistadas, os casais tiveram um total de 25 filhos, dos quais 11 migraram para as cidades, principalmente de Canguçu, Pelotas e Piratini em busca de estudo, trabalho e por causa de relações familiares. Do total de migrantes, seis atualmente possuem o ensino superior completo, uma em Licenciatura em Geografia, um em Ciência da Computação, uma é Mestre em Educação, um é Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, uma é Tecnóloga em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural e uma é formada em Administração. Além disso, a filha de um dos entrevistados está cursando ensino superior em Letras.

Nenhum dos migrantes retornou para a propriedade familiar. Mas dois, por exemplo, retornaram ao meio rural de Pelotas, porém não desenvolvem atividades ligadas à agricultura. Alguns estão trabalhando em instituições ligadas à agricultura, como o CAPA e a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL). Uma possui um negócio próprio de Minijardins e Flores no interior do município de Vera Cruz/RS. Vale ressaltar que nem todos os filhos que não migraram estão envolvidos na atividade ligada à agricultura. Um, por exemplo, é caminhoneiro e apenas reside na propriedade dos pais.

“A migração do campo para a cidade, e desta para as cidades maiores, se dá sempre, na direção dos centros urbanos maiores onde a criação de atividades e empregos é mais efetiva” (FONTOURA, 2016, p. 1660).

Permanece como uma relação de trabalho, a ajuda mútua entre os pais e os filhos que migraram, que se limita aos finais de semana, quando os filhos visitam a propriedade dos pais e desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas dentro da propriedade. Ainda, os pais ajudam na sobrevivência dos seus filhos, pois esses levam da propriedade alimentos *in natura*, produtos caseiros e até mesmo mudas para serem plantadas na cidade.

Quanto a propriedade da terra, dos dez agricultores pesquisados, seis são proprietários, dois são proprietários e trabalham em parceria e dois trabalham apenas em

regime de parceria. Além da condição de proprietário, faz-se presente a condição de parceria, cuja forma não capitalista do uso da terra é uma estratégia que os agricultores aderem para desenvolverem sua produção e ampliar a área de cultivo. A parceria, realizada na área de pesquisa, ocorre entre membros da mesma família, como por exemplo, o filho planta em uma determinada parcela de terra dos pais de maneira formal (contrato de parceria) ou informal.

Com relação ao tamanho das propriedades, estas variam de 0,5 a 21 hectares. Apesar dessa diferença entre as dimensões, notou-se que todas as famílias se reproduzem e os agricultores permanecem no meio rural desenvolvendo a agricultura agroecológica.

Referente à formação da renda nas propriedades, todos os agricultores vendem produtos agrícolas. Destes, sete vendem produtos da pecuária e seus derivados, cinco responderam que pelo menos um membro da família é aposentado ou pensionista do INSS, um desempenha atividades agrícolas fora da propriedade e seis do total de agricultores estudados disseram que parte da renda é formada por atividades não agrícolas dentro da propriedade.

Os agricultores associados ao Grupo Agroecológico do Remanso produzem uma grande diversidade de produtos agrícolas, dentre eles: abóbora, abobrinha, cenoura, beterraba, alface, temperos verdes (salsa e cebolinha), rúcula, repolho, brócolis, tomate, espinafre, fava, feijão, ervilha, couve, couve-flor, pepino, mostarda, rabanete, pimentão, cebola, alho, vagem, mandioca, batata-inglesa, batata-doce, amendoim, fumo ecológico, milho verde, milho, maracujá, laranja, morango, uva, caqui, limão, melão e figo. Quando questionados sobre quais produtos agrícolas são produzidos, percebeu-se a dificuldade em responder a essa pergunta, pois existe uma grande diversidade de cultivos nas propriedades e os agricultores não têm ideia da totalidade de quais e quantos produtos são produzidos. Percebe-se que o desenvolvimento da produção se dá tanto com o uso de técnicas tradicionais, quanto com o uso de técnicas da modernização da agricultura, como estufa, uso de máquinas, implementos agrícolas e sistema de irrigação.

Os produtos agrícolas, com exceção do fumo ecológico e do milho, são comercializados junto às feiras da ARPASUL. O grupo participa de três feiras durante a semana, sendo duas na cidade de Pelotas e uma em Canguçu. Alguns agricultores comercializam uma pequena parcela da produção para programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), via Cooperativa Sul Ecológica, e um agricultor vende alguns produtos como laranja, alho e ervilha para um restaurante ecológico da cidade de Pelotas.

Na questão da venda dos produtos nas feiras, os produtores do Remanso possuem uma forma de organização particular, na qual nem sempre todos os produtores se deslocam até os centros urbanos onde se localizam as feiras para a comercialização dos produtos. Os

que participam diretamente nas feiras se deslocam com o meio de transporte (caminhão) da associação e, além dos seus produtos, levam e comercializam a produção dos que permanecem na propriedade.

Vale salientar que uma grande dificuldade enfrentada pela população que reside no meio rural da localidade do Remanso é a falta de acessibilidade das estradas, dificultando diretamente a saída dos agricultores do grupo da propriedade para escoar sua produção e aumentando os gastos com a manutenção do caminhão. Essa população se sente desamparada pelo governo municipal e estadual quanto à manutenção das estradas.

A agroecologia prioriza a comercialização através dos chamados circuitos curtos, ou seja, a venda direta. A feira é um exemplo de circuito curto (SAGAZ, 2006). Na realidade estudada, observa-se que esse tipo de venda compreende uma estratégia viável que proporciona a comercialização da produção, valorização monetária do produto, relação com o consumidor, renda e entrada de dinheiro semanal para as famílias.

Todos os membros das famílias pesquisadas estão envolvidos no trabalho na propriedade, mas quanto à comercialização, o envolvimento depende de cada família. Geralmente há um mesmo participante de cada família e os feirantes são homens, mulheres e jovens.

O fumo ecológico é cultivado por um dos entrevistados, sendo esta produção integrada com a indústria *Japan Tobacco International* (JTI). O agricultor informou que, devido à produção ser orgânica, ele recebe no final da safra, considerando a média final, um incentivo de 60% em dinheiro a mais do que o produto convencional. Esse tipo de produção (fumo ecológico) gera renda, mas é um produto não alimentício, exportado, considerado uma *commodity* agrícola e sua finalidade é essencialmente para a fabricação de cigarro.

O milho é produzido principalmente para a alimentação dos animais, e o seu excedente é comercializado. Esse tipo de cultivo apresenta vários propósitos, pois é usado tanto na alimentação humana quanto na dos animais, e a palha do milho que não é utilizada serve como adubação para recompor a matéria orgânica no solo, prática comum nas propriedades familiares.

Os agricultores criam os seguintes animais: porco, galinha, pato, ovelha, carneiro, gado de corte, gado leiteiro e peixe. A criação de animais e seus derivados, como carne, leite, ovos, queijo e manteiga são essencialmente para o consumo alimentar das famílias, podendo o excedente ser comercializado nas feiras, dependendo da produção de cada propriedade e das normas atribuídas para a comercialização dos produtos de origem animal.

Segundo Tosetto, Cardoso e Furtado (2013), a criação de animais é essencial no sistema de produção agroecológica, porquanto gera a produção de esterco reduz ou elimina a compra de insumos externos, que podem conter vestígios de agrotóxicos. A criação de

animais proporciona diversidade produtiva, contribuindo na segurança alimentar das famílias e gerando renda com a venda do excedente da carne e seus derivados.

Na produção agroecológica, a diversificação produtiva, como a produção de hortaliças, verduras, frutas e criação de animais são de suma importância. Uma propriedade diversificada apresenta menor ataque de doenças, solos mais equilibrados, maior uso dos insumos, como o esterco, maior diversidade de alimentos para o autoconsumo familiar e maior chance de ter uma renda mensal (ALTIERI; SILVA; NICHOLLS, 2003).

Ainda com relação à formação da renda nas propriedades, os agricultores informaram que os recursos recebidos em forma de aposentadoria e pensão são investidos na propriedade. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 2016), o acesso à previdência social rural, além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado, em muitos casos, para o financiamento das atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura.

Relativo ao exercício de atividades agrícolas fora da propriedade, o marido de uma das entrevistas é empregado rural e pouco se envolve com a produção agroecológica na propriedade familiar.

Quanto às atividades não agrícolas dentro da propriedade, o marido de uma das entrevistadas possui uma mecânica de trator dentro da propriedade; uma entrevistada vende artesanato doméstico; existe a confecção de produtos caseiros, como suco de uva, mel, rapadura, extrato de tomate, entre outros. Cabe salientar que não há agroindústrias familiares e, quando algum tipo de produto, como tomate, por exemplo, excede a demanda de venda *in natura*, seu extrato é processado e produzido, de forma artesanal. Segundo a visão de Schneider (2001) e Sacco dos Anjos (2003), quando pelo menos um dos membros da família combina atividades agrícolas e não agrícolas, que tanto pode ser desenvolvida dentro ou fora da unidade familiar, mantendo a moradia no meio rural e ligação com a agricultura, isso compreende o fenômeno da pluriatividade. Segundo Sacco dos Anjos (2003, p. 246), a pluriatividade propicia:

[...] que os componentes de unidade familiar executem diversas atividades no interior ou fora da sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente, de forma a que a convencional identidade entre família e unidade de produção deixa de existir.

Referente à atividade com maior importância econômica para as famílias pesquisadas, observa-se o predomínio da venda de produtos agrícolas. Para oito dos entrevistados, é a venda de produtos agrícolas; uma respondeu que é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e para uma entrevistada, além da venda de produtos

agrícolas, é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e a atividade agrícola fora da propriedade.

Uma das instituições parceiras do Grupo Agroecológico do Remanso é a ARPASUL e segundo a entrevista realizada com o presidente da instituição, a mesma foi fundada em 17 de setembro de 1995 e tem como objetivo proporcionar aos agricultores um espaço de venda dos seus produtos, evitando, assim, a figura do intermediário. O grupo do Remanso está ligado a esta instituição desde o princípio, nasceu com a ARPASUL, como relatou o entrevistado. Essa instituição é constituída por 23 famílias, distribuídas nos seguintes municípios da região Sul do Rio Grande do Sul: Pelotas (quatro famílias); Morro Redondo (quatro famílias); Arroio do Padre (três famílias); Canguçu (onze famílias); Turuçu (uma família).

O CAPA é a outra instituição parceira e conforme entrevista com o técnico agrícola dessa instituição, o Centro foi fundado em 1978, pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O principal objetivo dessa instituição é levar comida boa à mesa de cada um dos cidadãos e não somente às classes sociais com maior poder aquisitivo. A instituição presta assistência técnica, realizando no início de cada ano uma reunião com os agricultores integrantes do grupo pesquisado, na qual se planeja a programação anual. Durante o ano, ocorrem reuniões trimestrais com o grupo e no intervalo entre as reuniões, o técnico agrícola visita as propriedades, fazendo-o também quando é solicitado algum tipo de atendimento pelo agricultor.

### **Estratégias predominantes desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso**

Com relação à produção para o autoconsumo, os produtos que são produzidos na propriedade, além de serem comercializados nas feiras, são consumidos pelas famílias do grupo. Porém, nem tudo o que é consumido é produzido na unidade familiar. As famílias ainda compram essencialmente os seguintes produtos: arroz, açúcar, sal, café, farinha, massa e erva-mate. Existem algumas famílias que compram feijão, porque este produto não se adapta às condições climáticas da região; uma propriedade, devido ao tamanho, acaba não conseguindo criar animais que supram o consumo da família e, com isso, compram carne quando necessário.

Sobre a importância da produção para o autoconsumo para as famílias estudadas, com base no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), percebeu-se que a importância mais citada desse tipo de produção está ligada à questão da economia monetária, seguida da qualidade do produto.

A produção para o autoconsumo possui importância no que diz respeito à questão da economia monetária, pois, ao produzirem para o consumo familiar, as famílias não precisam gastar com a compra destes. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), o autoconsumo constitui-se como uma renda não monetária, pois propicia a economia de recursos na compra de alimentos nos mercados, permitindo que as famílias rurais façam uso desse recurso economizado em outras necessidades para a sua reprodução social.

Em segundo grau de prioridade, os agricultores consideram que a importância do autoconsumo está ligada à qualidade do produto, pelo fato de estarem consumindo seus próprios produtos, alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, colhidos e preparados frescos, com gosto diferente dos que são vendidos no supermercado, produtos cuja origem os agricultores conhecem e que diretamente influenciam na qualidade de vida dessas famílias e na própria saúde.

Para Gazolla e Schneider (2007), é através da produção para o autoconsumo que os agricultores garantem sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ainda no que se refere à produção do próprio consumo

[...] na agricultura familiar torna-se essencial visto estar intimamente ligada à continuidade da reprodução social e alimentar dos membros do grupo doméstico. A produção para autoconsumo é importante para as unidades familiares à medida que propicia as principais dimensões da segurança alimentar. Nesse caso, a sua relevância reside justamente no fato de ser uma produção obtida pelo próprio agricultor e sua família são partes integrantes da dinâmica maior de reprodução social e alimentar das mesmas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 17).

Sobre a categoria agroecologia, os agricultores entrevistados, antes de aderirem a essa forma de produção, cultivavam no sistema convencional de forma geral, principalmente milho, soja, feijão, cebola, trigo, batata-inglesa e fumo. Alguns dos agricultores mais antigos relataram que trabalhavam de forma agroecológica com seus pais, mas com a revolução verde algumas propriedades aderiram aos pacotes tecnológicos. Machado e Filho (2014, p. 36) destacam que a agroecologia é compreendida

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala.

Referente ao ano em que os agricultores começaram a trabalhar de forma agroecológica foi constatado que uma agricultora desenvolve a produção agroecológica desde 1992, tendo começado esse tipo de produção na sua antiga propriedade localizada no município de Pelotas. Cinco agricultores produzem ecologicamente desde 1995, ano da

fundação do Grupo Agroecológico do Remanso, da ARPASUL e da primeira Feira Agroecológica da ARPASUL localizada na Avenida Dom Joaquim – Pelotas. Um dos agricultores produz de forma agroecológica desde 2006 e, outra agricultora, desde 2017. Ademais, dois agricultores sempre trabalharam de forma agroecológica, sendo estes filhos de um dos membros fundadores do Grupo Agroecológico do Remanso, cuja filha está ligada como família associada desde 1995 e o filho desde 2016.

Quanto aos produtos cultivados de maneira agroecológica, apenas um dos produtores não se encontra totalmente inserido. Em uma das propriedades familiares pesquisadas ainda é feito o cultivo do milho no sistema convencional, mas sem o uso de sementes transgênicas e nem agrotóxicos, apenas se utiliza ureia. Esse cultivo está em área separada da produção agroecológica da propriedade, porém é usado na alimentação dos animais da unidade familiar e o excedente é comercializado. As demais propriedades cultivam todos os produtos no sistema agroecológico.

Os agricultores, ao serem questionados sobre o motivo da opção por produzir de forma agroecológica, elencaram em primeiro lugar a renda, em segundo a saúde, e em terceiro a autonomia, sendo isso percebido através do índice de codificação ordem (critério de prioridade).

A renda é a causa mais citada pelos agricultores quanto à opção pela produção de forma agroecológica, pois alguns produtores não estavam conseguindo sobreviver com a produção convencional. Como alternativa de renda, surgiu o trabalho com a agroecologia, propiciando renda, condições dignas de sobrevivência e, conseqüentemente, a permanência desses agricultores no meio rural. A segunda causa mais citada está relacionada a questões de saúde, tanto dos agricultores quanto dos consumidores. Algumas famílias, antes de adotarem o sistema agroecológico, estavam com problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos no cultivo, principalmente de tabaco. A terceira causa mais citada compreende a autonomia. A agroecologia promove relativa autonomia dos agricultores frente à modernização agrícola, como, por exemplo, a integração aos Complexos Agroindustriais (CAIs) de fumo. Segundo Müller (1989), os CAIs são produtos da modernização, considerando a agricultura e a terra como mercadoria. A atividade agrícola fica subordinada à indústria de máquinas/insumos e à agroindústria processadora e beneficiadora da produção agrícola.

Num primeiro momento com a aplicação do índice de codificação ordem (critério prioridade), constatou-se que os fatores mais citados quanto à importância da agroecologia, foram: 1º) Renda; 2º) Produção de alimentos saudáveis; 3º) Modo de vida. Tanto a importância quanto ao grau de prioridade foram identificados entre os agricultores e mediadores, com isso, posteriormente foi usado o índice de coocorrência (critério equivalência). Com isso, tanto para os agricultores quanto para os mediadores, a

importância da agroecologia está ligada, em primeiro lugar, à questão da renda, pois esse tipo de produção proporciona renda monetária e conseqüentemente a sobrevivência das famílias, não apenas com o consumo dos próprios alimentos produzidos, mas com sua venda. Em segundo lugar, a produção de alimentos saudáveis, relacionada à produção limpa, sem o uso de insumos químicos. E, em terceiro lugar, a agroecologia é importante por se tratar de um modo de vida, ou seja, essa forma de produção faz parte da vida das famílias.

A Figura 2, elaborada através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), demonstra que as perspectivas da produção agroecológica, tanto para os agricultores quanto para os mediadores, são de aumento do consumo e da produção. Cada vez mais a população está preocupada com a saúde, procurando alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, e isso acaba gerando uma crescente demanda por esses alimentos e, conseqüentemente, o aumento da produção agroecológica.

**Figura 2: Perspectivas da produção agroecológica na visão dos agricultores e mediadores**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

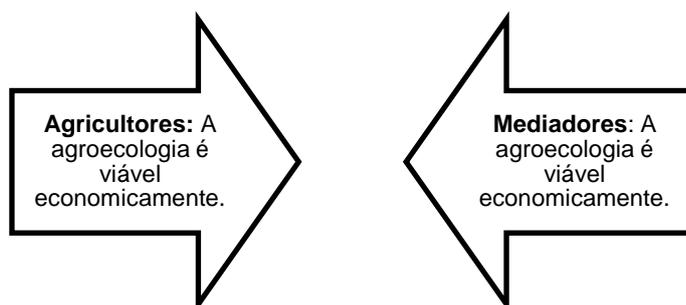
Através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), identificou-se que o limitante da produção agroecológica mais citado pelos agricultores compreende a falta de mão de obra na unidade familiar. Esse limitante vem seguido da mudança de consciência do consumidor e da produção dos próprios insumos, ou seja, a quantidade de insumos produzidos (esterco bovino, de vaca, de aves, suíno e inseticidas naturais) na propriedade não é suficiente. Foi elencada também a falta de incentivo governamental e a restrição da venda de alguns produtos na feira, principalmente os derivados da pecuária. A venda desses produtos é restrita, pois, segundo o entrevistado, é necessário que os agricultores detenham um determinado selo para esse tipo de venda e, para consegui-lo, a burocracia é enorme. Outro limitante é o conflito com os vizinhos. Na localidade do Remanso predominam os cultivos de fumo e de soja, e uma vez que se trata de pequenas propriedades com localização muito próxima, ocorrem conflitos com os vizinhos, que plantam fumo e fazem uso de agrotóxicos nesse cultivo, comprometendo a produção agroecológica, como relatado por uma das agricultoras entrevistadas. Por fim, o clima é

considerado um limite dentro da produção agroecológica, como por exemplo, estiagem, alto índice de precipitação pluviométrica, chuva de granizo, entre outros, o que acaba influenciando diretamente na produção.

Cabe ressaltar que dois dos agricultores entrevistados responderam que não existe nenhum limite quanto à produção agroecológica, pensamento compartilhado por um dos mediadores. Já o outro mediador pesquisado citou no mesmo grau de relevância os seguintes limites: produção do próprio insumo, produção de sementes e acesso às políticas públicas. A produção do próprio insumo agrícola é um limitante da produção agroecológica não apenas na visão de um dos mediadores, mas também para alguns agricultores, como abordado acima.

A Figura 3, elaborada através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), revela que a agroecologia é viável economicamente, tanto aos agricultores quanto aos mediadores.

**Figura 3: A agroecologia é viável economicamente na visão dos agricultores e mediadores**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Por mais que seja um modo de vida, para que as famílias sobrevivam da agroecologia, é necessário que ela proporcione renda e conseqüentemente condições dignas de sobrevivência.

Às vezes, esse tipo de cultivo parece não ser viável economicamente porque na agroecologia, diferentemente da produção de soja, fumo, milho, entre outros, a produção e o valor obtido com a venda dos produtos não é totalmente quantificada. A produção e a comercialização dos produtos agroecológicos são mais dinâmicas e acontecem de forma contínua, ou seja, toda a semana ocorrem a colheita e a venda na feira e os agricultores ainda não conseguiram quantificar sua produção para demonstrar quantitativamente a importância desse tipo de cultivo.

Sobre o acesso às políticas públicas, quatro agricultores entrevistados acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha Mais Alimentos – Investimento, para a compra de máquinas e implementos agrícolas; dois

acessam a linha do PRONAF Custeio, para investir na lavoura; dois acessam o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para a aquisição da propriedade da terra; e três não acessam nenhum tipo de crédito rural.

Nenhum dos entrevistados acessa o PRONAF linha Agroecologia, e isso ocorre, conforme abordou um dos mediadores do grupo, porque essa linha do PRONAF não é aplicada, pois os bancos têm um modelo para a realização do PRONAF através de uma tabela padrão. Assim, para tentar acessar a linha da agroecologia, se o agricultor, por exemplo, desejar financiar uma carga de esterco, é necessária a cotação de preço dessa carga, informação que o banco não detém. A agroecologia compreende uma alternativa para muitos agricultores familiares, mas o governo nunca a considerou através da criação de uma política específica.

Quanto ao acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apenas dois agricultores no momento da entrevista acessavam esses tipos de programa via Cooperativa Sul Ecológica, para a qual uma agricultora fornece a cebola e o outro agricultor entrega cenoura e beterraba, mas, nos dois casos, comercializam em pequena quantidade e participam das chamadas públicas de forma irregular. Uma das entrevistadas informou que já acessou esses programas, mas no momento não o fazia porque não apresentava produção suficiente. Os outros sete entrevistados não acessam essas políticas públicas devido ao mesmo fator, ou seja, a produção é praticamente toda comercializada de forma direta e o aumento da produção não é possível devido à falta de mão de obra nas unidades familiares.

Dos 32 membros do grupo, oito são beneficiários da previdência social rural, sendo sete aposentados por idade e um pensionista. A previdência social rural é a principal política pública existente no meio rural brasileiro e considerada em muitos casos como a principal renda, mas não é o que se verifica na realidade pesquisada, onde é percebida como uma renda complementar, usada para as necessidades pessoais da família, bem como no financiamento da produção da unidade familiar.

O associativismo rural é uma das estratégias de reprodução social e econômica e o tipo de organização adotada pelo Grupo Agroecológico do Remanso, através dessa organização, os agricultores defendem seus interesses em comum, ou seja, o trabalho com a agroecologia. Quanto ao histórico da formação do grupo, de acordo com a inserção das famílias ao longo do tempo, seis famílias fundadoras continuam associadas ao grupo e as outras quatro famílias se incorporaram ao longo do tempo, nos anos de 2006, 2009, 2016 e 2017, chegando atualmente a um total de dez famílias que compõem o grupo do Remanso.

Através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), a importância do associativismo e cooperativismo para as famílias pesquisadas está ligada em

primeiro lugar, à viabilidade da comercialização; em segundo, a capacidade produtiva; e em terceiro, a forma de luta.

No que se refere à viabilidade da comercialização, os agricultores estão ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso porque a organização em forma de associação facilita o trabalho com a agroecologia e a comercialização dos produtos é viabilizada, pois se dividem inclusive os custos da comercialização. Caso contrário, não poderiam comercializar os produtos na feira da ARPASUL, localizada no município de Pelotas. Através da associação, os gastos que envolvem transporte e manutenção do caminhão são divididos, permitindo aos produtores participar de três feiras semanais. De cada associado são descontados 2,5% em dinheiro do total da venda dos produtos no final de cada feira, valor destinado à manutenção do transporte e ao caixa do grupo. Com isso, quanto mais o agricultor vende, maior é o valor descontado. Caso não comercialize nenhum produto, nada é descontado. O grupo apresenta uma capacidade produtiva muito grande, pois através da união conseguem ter uma gama de produtos, o que não aconteceria se trabalhassem de forma individual. O associativismo é uma forma de luta, por meio da qual o agricultor busca alcançar seus objetivos juntamente com seus companheiros, gerando mais força e fortalecendo o grupo como um todo. Para os mediadores, a importância do associativismo e do cooperativismo rural também foi identificada como forma de luta, com o mesmo grau de relevância que a viabilidade da comercialização.

Tubaldini, Fonseca e Gianasi (2012, p. 8), com base em Ricciardi e Lemos (2000), expõem o associativismo rural

[...] como instrumento de luta dos pequenos produtores que promove a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Em vista disso, o associativismo possui um caráter social e é balizado em princípios de confiança e da participação dos seus membros, sendo assim, a adesão é livre e as metas envolvem a aglutinação de pessoas que detenham objetivos comuns e/ ou coletivos.

Além de todos os agricultores serem sócios da ARPASUL, alguns são associados em outras instituições, como a Associação da Santa Clara, a Cooperativa Sul Ecológica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Além da participação em instituições que estão ligadas à questão do trabalho, os agricultores e suas respectivas famílias participam de comunidades religiosas, clube de futebol e conselho administrativo de escola. Essas formas associativas promovem o convívio social com a comunidade e são atrativos de lazer.

Os jovens ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso estão envolvidos na produção na unidade familiar, na comercialização dos produtos na feira, participam das reuniões, e alguns já possuem espaços de produção na propriedade familiar. Também há

jovens que são sócios do grupo, porém ainda não desempenham cargos dentro da associação, como coordenação, tesouraria ou secretaria.

As perspectivas de continuidade das famílias no espaço rural são positivas e todas as famílias pretendem permanecer no grupo e manter a produção agroecológica na propriedade. Quanto à questão da sucessão familiar, todos os entrevistados desejam que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores agroecológicos, mas consideram que isso seja uma escolha dos filhos e que apoiem suas escolhas. A sucessão em poucos casos está definida, mas na grande maioria dos casos ainda está indefinida, visto que esse assunto é muito complexo e cada família apresenta suas particularidades, como, por exemplo, existem casos de famílias em que os filhos ainda são crianças e a questão da sucessão está muito distante. Também há casos em que os filhos estão estudando e não sabem se permanecerão na propriedade familiar após a conclusão da formação acadêmica. E existem casos com pouca perspectiva de sucessão, já que os filhos formaram família e estão trabalhando principalmente no meio urbano.

### **Considerações finais**

O Grupo Agroecológico do Remanso representa uma forma de resistência frente ao modelo de desenvolvimento dominante do país. Para continuar no meio rural, as famílias associadas ao grupo desenvolvem diversas estratégias de reprodução social, como a produção para o autoconsumo, produção agroecológica, integração ao complexo agroindustrial, pluriatividade, acesso às políticas públicas, previdência social rural e associativismo e cooperativismo rural. Entretanto, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural são as principais estratégias adotadas pelos agricultores para sua permanência no meio rural e ligação com a agricultura.

A agroecologia é identificada como principal estratégia de reprodução social e econômica do grupo analisado. Através desse sistema de produção, gera-se a renda monetária, a produção para o próprio consumo e a organização em associação. Além disso, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural estão inter-relacionados, ou seja, um depende do outro.

A ARPASUL e o CAPA são os principais parceiros do grupo e têm uma função fundamental na organização, produção e comercialização agroecológica, pois estão vinculados ao grupo desde o princípio e desenvolvem um papel indispensável para a existência e fortalecimento do grupo analisado.

O grupo está organizado e estruturado, mas um grande problema enfrentado é a falta de mão de obra nas unidades familiares, o que impossibilita a expansão da produção

agroecológica e conseqüentemente provoca uma diminuição de produtos na feira e o não acesso à comercialização junto aos programas institucionais. Ou seja, devido a falta de mão de obra, a produção é insuficiente para atender as demandas contínuas dos programas e da crescente procura por alimentos agroecológicos. Para a maioria dos entrevistados, a questão da sucessão familiar ainda está imprecisa, o que modifica e dificulta a longo prazo a continuidade do grupo em estudo.

## Referências

ALTIERI, Miguel Angel; SILVA, Evandro Nascimento; NICHOLLS, Clara Ines. **O Papel da Biodiversidade no Manejo de Pragas**. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 Jul. 2006. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 Abr. 2018.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, p. 28-40, 2008.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência social rural: potencialidades e desafios**. Brasília, 2016.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria. A organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS. **Revista Campo-território**, Uberlândia, v.6, n. 11, p. 280-311, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. As pequenas cidades enquanto um singular espaço de vida. In: **Anais do IV Simpósio Nacional sobre cidades pequenas**. Ituiutaba, 2016, p. 1659-1673.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os "papéis" da produção para autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 16, p. 65-79, 2010.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. Ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000, p. 25-41.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara

Alves (Orgs.). **Do natural, do social e de suas interações**: visões geográficas. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética - AGETEO, 2002, p. 157-172.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

PETER, Demaicon Schmidt. **Agroecologia como prática de organização social na agricultura familiar**: o caso do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu (RS). Trabalho de Conclusão de Curso – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 6, p. 231-254, 2004.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. Uma estratégia para políticas de pesquisa participativa na agricultura familiar: conhecer a transmissão e posse da terra. In: PORTO, Victor Hugo da Fonseca (Org). **Agricultura familiar**: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. p. 81-91.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: AGUFPEL, 2003.

SAGAZ, Danilo. A comercialização de alimentos ecológicos e a sensibilização do público urbano para a agroecologia: a experiência de uma ONG de agricultores no Vale do Itajaí (SC). In: LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó: Argos, 2006, p. 71-84.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 395-417, 2011.

SILVA, Juniele Martins; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 402-430, 2016.

SODRÉ. Maiara Tavares. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS**. 216f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

TOSETTO, Estevão Marcondes; CARDOSO, Irene Maria; FURTADO, Silvia Dantas Costa. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, p. 12-25, 2013.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; FONSECA, Juliana Martins; GIANASI, Lussandra. O associativismo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares agroecológicos de Cacoal – Rondônia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012, p. 1-16.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como Espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. “França periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83.

---

### Sobre as autoras

---

**Queli Rejane da Silva Konzgen** – Graduação (2017) e e Mestrado (2019) em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPE). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-4634-9182>

**Jussara Mantelli** – Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (1987). Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (INUJUÍ) (2007). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (1991). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5252-4418>

---

### Como citar este artigo

---

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Queli Rejane da Silva Konzgen** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Jussara Mantelli**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e as referidas autoras, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 28 de maio de 2020.

Aceito para a publicação em 19 de junho de 2020.

---